

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CONERH

No dia 30 de maio de 2023 ocorreu a 54ª Reunião Ordinária do CONERH, de maneira presencial, no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1) Análise e aprovação da Ata da 52ª Reunião Ordinária do CONERH realizada no dia 09/06/2022; da Ata da 53ª Ordinária do CONERH realizada em 06/10/2022, Ata 22ª Extraordinária do CONERH realizada em 20/10/2022; 2) Análise e aprovação da Resolução CONERH nº 145, de 26 de abril de 2023, que aprovou *ad referendum* as ações do Programa de Consolidação do pacto Nacional para Gestão das Águas – PROGESTÃO – 2º Ciclo; 3) Indicações das Câmaras Técnicas CONERH; 4) Indicação CONERH para a Câmara de Compensação Ambiental – CCA; 5) Indicação CONERH para Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERHBA; 5) Indicação CONERH para participar da Oficina da ANA para apresentação do Resultado do 2º Ciclo do Progestão e apresentação do 3º ciclo do Programa; 6) Análise/Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias 2023; 7) Informes; 8) O que ocorrer. Mariana Mascarenhas (SECEX/SEMA) iniciou a reunião após a verificação do *quórum*, informou que as reuniões são gravadas para fins de elaboração de ata e a gravação poderia ser disponibilizada para os conselheiros, caso precisassem, porém não poderiam disponibilizar a terceiros, pois não possuem a autorização do uso de imagem e o conselheiro que o fizer será responsabilizado por qualquer problema legal. Destacou que é a primeira reunião da nova gestão do CONERH e como havia conselheiros novos apresentou a equipe da SECEX e explicou o papel de Secretaria Executiva do Conselho, e se colocou à disposição de todos para colaborar com os trabalhos. Ressaltou que com a convocatória da reunião foram enviados os documentos que estavam na pauta: as atas das reuniões anteriores, os documentos referentes ao *Ad referendum* necessário devido ao prazo estabelecido pela Agência Nacional de Águas - ANA. Pedeu licença para que houvesse uma breve inversão de pauta para que o Superintendente da SEMA, Tiago Porto repassasse algumas informações para que o CONERH pudesse indicar representantes para participarem da Oficina de Revitalização de Bacias Hidrográficas no Estado da Bahia. Tiago Porto (SPA/SEMA) explicou que alguns conselheiros do CONERH já estão acompanhando este trabalho, por estarem em órgãos de Governo, mas a ideia é envolver todo o CONERH neste trabalho que a SEMA está fazendo, um convênio que tem com o MDR -Ministério de Desenvolvimento Rural, para desenvolver um documento estratégico de planejamento da revitalização das bacias da Bahia. Explicou que nesse primeiro momento está numa fase de mapeamento de quais as áreas do Estado da Bahia mais prioritárias para se revitalizar e a SEMA queria a participação do CONERH nesse momento de discussão: de quais são os critérios que deveriam ser considerados para revitalizar; quais os critérios para definir se uma área estiver degradada do ponto de vista de Recursos Hídricos. E no segundo momento vão ser utilizados esses mapas que serão produzidos conjuntamente, para produzir um documento de revitalização de bacias da Bahia e o CONERH será um espaço para discutir e apresentar e as pessoas estão convocadas a participarem e amanhã vai ter a primeira oficina, de forma virtual para o início dos trabalhos de discussão desses critérios e no dia 16/06 vai acontecer uma oficina presencial, provavelmente na biblioteca dos Barris, para uma dinâmica de discussão de quais são os insumos que vão compor o mapa de revitalização. E foi pensado, como já tem muita representação do Governo, e queria trazer representações diversas para este espaço, queria ter duas representações do setor de usuários e duas representações do setor da sociedade civil para acompanhar este

51 trabalho. Sérgio Bastos – COFIC todas essas iniciativas, seja de revitalização ou
52 elaboração de planos e o que sempre se busca no CONERH é verificar se estas ações
53 estão integradas e o Conselho vai cobrar este aspecto? Tiago Porto - SPA/SEMA
54 esclareceu que é uma preocupação da SEMA também de não estar fazendo trabalho
55 repetido, então foi analisado todos os Planos de Bacias, analisou o documento da
56 SIHS Balanço hídrico dentro do Plano de Segurança Hídrica e o que está trazendo
57 com esse plano de Revitalização é o que complementa esses documentos e a
58 DIRAM/INEMA e a SIHS estão participando junto com a SEMA da construção do plano
59 de revitalização, inclusive tem-se reuniões bilaterais para não se fazer nada parecido
60 com o que já foi feito, pois não tem tempo a perder e para considerar tudo que já foi
61 produzido e já teve investimento público. Waney Magno – Ação Bahia perguntou como
62 fica em relação às propostas encaminhadas para o PPA, também tem relação com
63 esses estudos? Tiago Porto SPA / SEMA explicou que a estrutura do PPA hoje, no
64 momento de participação, são recepcionadas as propostas, ações, iniciativas e o que
65 está sendo produzido é um mapa, então não tem uma relação direta com o PPA. Este
66 é um momento de discussão do mapeamento de revitalização das bacias, ou seja,
67 este não foi um assunto que surgiu do PPA atual, este é um produto que tem relação
68 inclusive com o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH. Esse mapeamento de
69 revitalização é um produto considerado como a primeira etapa de elaboração do
70 PERH, para de fato saber onde precisa ter ações mais prioritárias neste momento.
71 Mariana Mascarenhas – SECEX informou que o secretário e Presidente do Conselho
72 tinha pretensão de estar nesse primeira reunião, assim como ele esteve no CEPRAM,
73 mas ele acabou sendo chamado para uma atividade pela manhã no CIMATEC e não
74 vai conseguir sair a tempo de participar da reunião. Mas adiantou que o secretário
75 estará presente em todas as reuniões que ele poder, pois essa interação e diálogo
76 com o Conselho é uma das prioridades, como ele diz “está aberto a receber todos”
77 claro de forma organizada, portanto se os segmentos quiserem ter reuniões com
78 pautas específicas é possível de se organizar isso. Ressaltou que foram enviados para
79 todos, atas de reuniões da gestão anterior, não é feita a leitura da ata na reunião, pois
80 isso tomaria muito tempo, mas as contribuições podem ser enviadas, anteriormente,
81 para a SECEX e também podem ser feitas contribuições/sugestões na reunião. Após a
82 explicação perguntou passou-se para a aprovação das atas, com relação à ata 52ª
83 Eduardo Rode fez alguns apontamentos e questionou que foi aprovado o Procomitês
84 (o Plano e o relatório), mas também foi apresentado a prestação de Contas, porém
85 esta prestação de contas não precisa ser aprovada pelo CONERH, então esclareceu
86 que vai deixar claro isso na ata, pois não está redigido dessa forma. Com estes
87 ajustes que foram solicitados pelo conselheiro Rode, alguém possui alguma objeção
88 com relação à aprovação desta ata? Como não houve objeção a ata da 52ª Reunião
89 Ordinária do CONERH foi aprovada com unanimidade. Foi colocado para votação a
90 ata 53ª da reunião ordinária do Conselho, como não houve observação e nem objeção
91 a ata foi aprovada por unanimidade. Por fim, foi colocada para votação a ata 22ª da
92 reunião extraordinária do Conselho, como não houve observação e nem objeção a ata
93 foi aprovada por unanimidade. Passou a para o próximo ponto de pauta, referente à
94 aprovação da resolução CONERH nº 145 de 26 de abril de 2023 que aprovou *ad*
95 *referendum* as ações do Programa de revitalização do Pacto Nacional para a Gestão
96 das Águas – PROGESTÃO 2º ciclo, contextualizou que o PROGESTÃO impõe ao
97 Estado alguns prazos que precisam ser cumpridos e um desses prazos foi relacionado
98 as ações do programa para o 2º ciclo, porém como teve processo eleitoral do
99 CONERH ano passado e por conta da mudança de gestão, acabou demorando para
100 ter o decreto de nomeação dos Conselheiros e consequentemente a posse, isso
101 atrasou o trabalho dos conselhos e se fosse aguardar as reuniões de câmaras

técnicas para analisar o documento o Estado perderia o prazo da ANA e consequentemente perderia o repasse de recurso para o próximo ciclo. Diante disso, o presidente do Conselho assinou esse *Ad referendum*, que segundo Regimento Interno deve ser discutido com a plenária na primeira reunião seguinte, no caso hoje. Como encaminhamento para este ponto, tem a apresentação de Ângela Timbó que coordena o PROGESTÃO no INEMA e acompanha todas as ações e está presente nesta reunião para esclarecer as dúvidas, a época Eduardo Topázio era o Diretor com relação a esta pauta e também está presente na reunião e pode trazer alguns esclarecimentos. Diante do exposto, destacou como encaminhamentos que pode submeter este documento a nova composição da CTPPP que analisa os documentos do PROGESTÃO ou pode ter nesta reunião uma conversa/debate e se necessário uma apresentação para que se possa deliberar sobre o *ad referendum* e perguntou qual a decisão da plenária. João Lopes – ASSOCAFÉ pontuou como o Conselho não vai anular o *ad referendum*, sugeriu a apresentação para os conselheiros, para que seja possível aprovar ainda neste momento. Todos os Conselheiros concordaram. Mariana Mascarenhas – SECEX esclareceu que a apresentação é extensa e pediu para Ângela ser breve. Ângela Timbó – DIRAM/INEMA explicou que a apresentação refere-se ao formulário de autoavaliação e autodeclaração do PROGESTÃO que é sempre apresentado na CTPPP do CONERH. Como existem muitos conselheiros novos, explicou que o PROGESTÃO é um pacto da Gestão das Águas firmados com todos os Estados da federação e a Agência nacional da Águas – ANA e consequentemente para viabilizar tudo que tinha no pacto das Águas foi criado o PROGESTÃO, que é um programa de pagamento por cumprimento de metas, são cinco metas federativas, delegadas pela ANA, que os estados partícipes precisam cumprir; e metas estaduais que são em torno de 32 variáveis, onde as equipes técnicas dos estados estabelecem o nível de autoavaliação para o Estado em cada uma dessas variáveis e o Estado tem que cumprir ano a ano aquele nível e ao longo disso ele vai evoluindo. Pontuou que o Estado da Bahia já participou do PROGESTÃO 1º Ciclo que foi de 2014 à 2017, o PROGESTÃO 2º Ciclo que é 2018 à 2022 e está se iniciando o PROGESTÃO 3º Ciclo, que vai ter uma reunião no dia 14/06 com a ANA, membros do CONERH e a equipe técnica SEMA/INEMA onde vão ser definidos esses níveis de autoavaliação e depois o CONERH tem que aprovar os níveis de autoavaliação escolhidos pelo Estado e isso vai nortear a evolução do Estado em termos de gerenciamento de recursos hídricos. Inicialmente o PROGESTÃO 1º ciclo começou com 750.000,00, o 2º ciclo 1 milhão e 3º ciclo 1 milhão e 400 e o estado tem que cumprir todo esse formulário de autoavaliação, que é aprovado pela CTPPP e depois submetido ao CONERH que aprova ou não a participação do Estado no Programa. Foi apresentada as 32 variáveis de autoavaliação do PROGESTÃO com suas justificativas. Mariana Mascarenhas – SECEX esclareceu que as justificativas acompanham a nota da avaliação de cada nível, ou seja, os valores de avaliação são estabelecidos através das justificativas que são atendidas pelo Estado. Ângela Timbó esclareceu que todo ano o Estado negocia a autoavaliação, a equipe técnica diz aonde o estado está hoje, mas também tem que pensar em termos evolutivos, pois tem cinco anos para o Estado atingir um determinado nível de autoavaliação. A maioria dessas autoavaliações foram definidas pelo Estado e ao longo desses cinco anos do 2º ciclo do PROGESTÃO o estado aumentou a sua autoavaliação. Eduardo Topázio – INEMA esclareceu que o PROGESTÃO é um programa criado pela ANA para dar apoio aos Estados e obviamente alguns Estados estão mais avançados, inclusive a Bahia é uma referência de certa maneira histórica e informou que a Bahia tem uma dependência com o PROGESTÃO mais de cunho moral e não financeiro, ou seja é estar alinhado e fazer o que está programado. Flávio Henrique Magalhães -

SIHS esclareceu que o Plano Estadual de Infra Estrutura Hídrica está com um cronograma para se encerrar em dezembro de 2023 e pelo andar da carruagem esse prazo vai ser cumprido e assim que finalizar disse que a SIHS vai apresentar no CONERH. Ângela Timbó – CORIHM/INEMA ressaltou que para aqueles conselheiros que estão iniciando agora, outra coisa que tem que ser aprovada pelo Conselho é o formulário de autodeclaração, pois no segundo ciclo tem estados completamente dependentes financeiramente das parcelas da ANA, então foi instituída uma contrapartida, onde se estabelece o mínimo de R\$ 25.000,00 e o máximo de R\$ 250.000,00 ao longo dessas variáveis. O Estado da Bahia foi para o limite máximo, e o que pode ser observado o Estado ultrapassa esse valor de R\$ 250.000,000, então não se tem problema nenhum. Esclareceu que estes gastos são pulverizados na parte de recursos hídricos e na parte ambiental. Walney Magno – Ação Bahia em relação ao monitoramento das águas, quem faz o levantamento final, e quem avalia depois? E se pode haver suplementação do valor das atividades? Eduardo Topázio - INEMA no que se refere à qualidade da água quem analisa é o próprio INEMA, através da Coordenação de monitoramento e tem um contrato com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED, pois o INEMA não tem laboratório, inclusive está tendo algumas dificuldades neste aspecto, porque o CEPED vai continuar fazendo e talvez o estado tenha que fazer uma nova licitação, Destacou que trata-se de um serviço terceirizado de laboratório, porém a análise técnica é feita pela equipe do INEMA, com a elaboração de relatório anual e depois é disponibilizado no site do INEMA. Porém ressaltou que existe uma limitação de pessoas/hora, então as vezes você tem arquivado o dado, porém as vezes não dar para fazer o relatório como deveria ser feito. O INEMA estar planejando uma forma de pulverizar esse processo e regionalizar, o problema é que não tem laboratório no Estado da Bahia que atenda essas demandas, isso já foi tentado na época do INGÁ com Universidades, porém não deu certo. Inclusive ressaltou que o Secretário Eduardo está ciente deste problema e ele está buscando solução de diálogo com as Universidades, e isso iria melhorar a logística de trabalho, pois só o tempo de deslocamento que se perde com uma equipe muito pequena é grande. Gilberto Nascimento – Associação Moradores de Paripe em Movimento em relação perguntou quem seriam as pessoas capacitadas e como faria para se cadastrar? Ângela Timbó – INEMA explicou que é o Plano de capacitação do Progestão que contempla SEMA, INEMA e Órgãos Sistêmicos do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Comitês de Bacias, EMBASA, CONERH), informou que muito desses cursos são EAD e se encontram no próprio site da ANA e outros que são pela empresa CETESB são mais voltados para técnicos, por serem assuntos de caráter técnico. Inclusive mencionou que como o Procomitês será englobado a partir do 3º Ciclo ao Progestão, as capacitações dos membros dos comitês serão custeadas pelo Progestão. Silvio Santos – FBCBH pontuou que há um forte apelo por grande parte dos Comitês de Bacias do Brasil que o PROCOMITÊS não seja incorporado ao PROGESTÃO, então acredita que a ANA já recebeu documentações de todos os Comitês do Brasil, e do Fórum Nacional de Comitês de Bacias e acredita que por isso a ANA esteja avaliando a possibilidade de não fazer essa mudança, que os Comitês entendem como um enfraquecimento desses órgãos colegiados. Mariana Mascarenhas – SECEX informou que agora é necessário dar encaminhamento, precisa decidir se depois dessa apresentação é necessário enviar este material para avaliação da Câmara Técnica, para que depois retorne para o conselho, ou se os conselheiros são capazes de deliberar neste momento, após essa apresentação? Diante disso, colocou em votação o primeiro ponto, e por unanimidade os conselheiros foram contrários a mandar para câmara técnica. Posteriormente, passou a deliberar sobre a matéria, sendo 18 conselheiros favoráveis a aprovação do

ad referendum do PROGESTÃO e nenhum voto contrário a aprovação e 01 abstenção, foi aprovado assim, a Resolução AD Referendum CONERH 145 de 2023. Passou-se para o ponto de pauta referente às indicações de cada segmento para a composição das Câmaras Técnicas do CONERH; representações do CONERH para a Câmara de Compensação Ambiental – CCA; e também a indicação de cada segmento para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERBHA; indicação de representações para participar da oficina da ANA em 14/06, que vai tratar do 3º ciclo do PROGESTÃO e indicações de representações para a Oficina que Tiago Porto apresentou. Como nem todos conhecem as Câmaras Técnicas do Conselho, contextualizou que anteriormente o CONERH era tripartite, mas não era paritário e a partir desta gestão o Conselho passa a ser paritário e essa composição também se reflete em algumas câmaras técnicas, o que obviamente precisa ser corrigido e uma dessas câmaras que é a CTIL – Institucional e legal já tem trabalho que é justamente de fazer os ajustes dessas resoluções para que essas câmaras sejam paritárias também. Ressaltou que vai sair da reunião com as indicações das instituições, independente dela ser titular ou suplente em plenária, pode ter assento em uma das câmaras técnicas e destacou que para Câmara técnica é importante se analisar o perfil de cada câmara, para que se identifique em cada instituição pessoas que possam cumprir a natureza técnica, ou seja, os representantes das câmaras técnicas não precisam ser conselheiros. Destacou que o CONERH possui as seguintes câmaras Técnicas: Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – **CTIL**, que se debruça sobre os assuntos normativos e jurídicos, é composta por 12 membros, sendo 04 membros por segmento; Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – **CTPPP** é responsável pela análise de documentos mais técnicos como: Plano de bacias, enquadramento, documentos do PROGESTÃO, é composta por 12 membros, sendo 04 membros por segmento; Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – **CTOC** trata da outorga e cobrança, hoje existe uma resolução de outorga e uma resolução relacionada à cobrança pelo uso dos recursos hídricos e esta câmara também vai tratar no momento que conseguir ter a cobrança nas bacias, o CONERH também vai analisar a questão das cobranças nos comitês, é composta por 11 membros, sendo 04 membros do poder público, 04 membros de usuários e 03 membros de sociedade civil, esta é uma câmara que vai precisar se alterada a composição, para torná-la paritária como o Conselho; Câmara Técnica de Educação Ambiental, Mobilização Social e Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais – **CTEAMP**, foi à junção de duas câmaras técnicas uma de educação ambiental e a outra de comunidade tradicional e o CONERH resolveu transformar em uma única câmara, é composta por 09 membros, sendo 03 para cada segmento. Esclareceu que a CTIL vai ter muito trabalho, pois esta também terá que trabalhar na da câmara Técnica recursal, pois uma das competências do CONERH é analisar auto de infração relacionados a questão de recursos hídricos, mas até então quem julgava esses processos era o CEPRAM, e aí foi feita uma consulta técnica a Procuradoria Geral do Estado - PGE com relação a se ter dentro do CONERH uma Câmara Técnica recursal e a PGE indicou que sim, que é necessário criar, então a CTIL terá que trabalhar no formato dessa câmara Técnica, provavelmente terá que se feita uma reunião partilhada com a câmara técnica espelho no CEPRAM para poder alinhar o que é matéria do CEPRAM e do CONERH. Diante disso, propôs como encaminhamento que cada segmento se reúna 30min para definir as representações. Após a reunião dos segmentos as Composições das Câmaras ficaram da seguinte forma: Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – **CTIL: Poder Público – Titular: SEMA / Suplente: SEMA; Titular: PGE / Suplente: PGE ; Titular: INEMA / Suplente: SDE ; Titular: SIHS / Suplente: SESAB; Setor de Usuários- Titular: FIEB / Suplente: SINDPACEL; Titular:**

255 COFIC / **Suplente:** TIVOLI ; **Titular:** ASSOCAFÉ/ **Suplente:** FAEB; **Titular:**
 256 Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara/ **Suplente:** ABAF; **Sociedade Civil –**
 257 **Titular:** ADES / **Suplente:** Instituto Búzios; **Titular:** UFOB/ **Suplente:** FONASC -
 258 CBH; **Titular:** FBCBH/ **Suplente:** CREA; **Titular:** Associação Moradores de Paripe em
 259 Movimento/ **Suplente:** Ação Bahia. Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos
 260 – **CTPPP: Poder Público – Titular:**SEMA / **Suplente:** SEAGRI; **Titular:** INEMA/
 261 **Suplente:** SDE; **Titular:** SIHS / **Suplente:** SESAB; **Titular:** SEDUR / **Suplente:**
 262 UPB ; **Setor de Usuários - Titular:** FIEB / **Suplente:** SINDIMIBA; **Titular:** COFIC /
 263 **Suplente:** CETREL; **Titular:** FAEB / **Suplente:** AIBA; **Titular:** EMBASA / **Suplente:**
 264 ABAF ; **Sociedade Civil - Titular:** SINDAE / **Suplente:** AITRIM; **Titular:** UFBA /
 265 **Suplente:** CREA; **Titular:** ABES / **Suplente:** FBCBH; **Titular:** UFSB / **Suplente:**
 266 Instituto Búzios. Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos
 267 Hídricos – **CTOC: Poder Público – Titular:** SEMA / **Suplente:** SEMA ; **Titular:**
 268 SEAGRI / **Suplente:** SEDUR ; **Titular:** SDE / **Suplente:** SDE ; **Titular:** INEMA /
 269 **Suplente:** SESAB; **Setor de Usuários - Titular:** COFIC/**Suplente:** BRASKEM;
 270 **Titular:** FAEB / **Suplente:** AIBA; **Titular:** EMBASA / **Suplente:** ASSOCAFÉ; **Titular:**
 271 FIEB / **Suplente:** SINDIMIBA; **Sociedade Civil - Titular:** ADES / **Suplente:** UFBA;
 272 **Titular:** SINDAE / **Suplente:** Ação Bahia; **Titular:** FBCBH / **Suplente:** Fundação
 273 Bahia ; **Titular:** CREA / **Suplente:** UFOB. Câmara Técnica de Educação Ambiental,
 274 Mobilização Social e Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais – **CTEAMP:**
 275 **Poder Público- Titular:** SEMA /**Suplente:** SEMA; **Titular:** SDE /**Suplente:** SEAGRI;
 276 **Titular:** INEMA /**Suplente:** SEDUR; **Setor de Usuários - Titular:** EMBASA/
 277 **Suplente:** Bahia Pesca; **Titular:**ABAF /**Suplente:** ASSOCAFÉ; **Titular:** FAEB
 278 /**Suplente:** AIBA ; **Titular:** FONASC-CBH /**Suplente:** Ação Bahia; **Sociedade Civil -**
 279 **Titular:** Associação Paripe em Desenvolvimento - AMP /**Suplente:** ; **Titular:** Ação
 280 Bahia /**Suplente:** Aitrim. No que se refere às Indicações para Câmara de
 281 Compensação Ambiental – CCA, por ser apenas uma vaga para o CEPRAM e uma
 282 vaga para o CONERH, o acordo que se faz é alternância entre setor de usuários e
 283 Sociedade civil ente os Conselhos, sendo assim nessa nova gestão do Conselho
 284 **Câmara de Compensação Ambiental – CCA: Titular: Sociedade Civil – UNEB**
 285 **/Suplente: Setor de usuários - BAMIN** As indicações do **Fundo Estadual de**
 286 **Recursos Hídricos – FERHBA** são duas vagas, sendo uma Titularidade e Suplência
 287 do Setor de Usuários e uma titularidade e Suplência para a Sociedade Civil, sendo
 288 **Setor Usuário: Titular:** ABAF/ **Suplente:** EMBASA; **Sociedade Civil: Titular:**
 289 FBCBH/ **Suplente:** Ação Bahia. No que se refere a indicação para oficina da ANA
 290 sobre o Progestão 3º Ciclo foi sugerido que a CTPPP acompanhasse, visto eu já uma
 291 atividade de responsabilidade desta CT e todos concordaram. No que se refere à
 292 oficina de revitalização de bacias são duas indicações para setor de usuários e duas
 293 para sociedade civil, sendo assim **setor de Usuários:** Sindpacel e Bamin; **Sociedade**
 294 **Civil:** ADES e SINDAE. Passou-se para o próximo ponto de pauta que foi a aprovação
 295 do calendário de reuniões ordinárias de 2023, foi informado que as reuniões do
 296 Conselho acontecem nas segundas quintas feiras do mês, de forma trimestral, após a
 297 apresentação o calendário foi aprovado. Mariana Mascarenhas – SECEX pontuou
 298 sobre as modalidades das reuniões, ressaltou que o interessante para todos fosse que
 299 as reuniões acontecessem de forma híbrida, porém isso não é possível devido à falta
 300 de estrutura no Estado. Diante disso, sugeriu que as reuniões ordinárias e
 301 extraordinárias do CONERH aconteçam de forma alternada entre presencial e virtual.
 302 No que se refere às Câmaras Técnicas a sugestão é que elas continuem sendo de
 303 forma virtual. Sérgio Bastos – COFIC solicitou o resgate do material de planejamento
 304 das pautas do CONERH para a próxima reunião. Sem mais nada a ser tratado à

305 reunião foi encerrada, esta ata será assinada pela Presidente do CONERH e pela
306 Secretária Executiva.

307

308 **Presidente:** Eduardo Mendonça Sodré Martins



309 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas



310 **Membros:**

311 André Maurício Rebouças Ferraro - SEMA

312 Eduardo Topázio – INEMA

313 Djalma Seixas – SEAGRI

314 Flávio Henrique Magalhães – SIHS

315 Raoni Andrade Rodrigues – SESAB

316 Gustavo Dias Campos – SEDUR

317 Vanessa Cavalcante Oliveira de Lacerda - SDE

318 Ana Carla Pires Meira Cardoso – PGE

319 Arley Cavalcante de Oliveira – PGE

320 Leila Oliveira Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara

321 Wilson Andrade - ABAF

322 Paulo José Cintra Santos SINDILEITE

323 Sérgio Bastos - COFIC

324 Eduardo Santos Fontoura – CETREL

325 Tiago Hiroshi - EMBASA

326 André Cirilo Germani SINDIMIBARodolfo Figueiredo de Oliveira – BRASKEM

327 Carlos Alberto Mascarenhas Júnior – TIVOLI HOTEL

328 Daniel Cambeses – Bahia Pesca S.A

329 Julliano Falcão Ribeiro – SINDAE

330 Gilberto Nascimento – Associação Paripe em Movimento

331 Adriano David Monteiro de Barros – UFOB

332 Fábio de Oliveira – UNEB

333 Walney Magno – Ação Bahia

334 Flávio Andrade Varjão – AITRIM

335 Eduardo Rode – CREA

336 Silvio de Sousa Santos - FBCBH

